



XLII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz de Direito Substituto da Justiça do DF



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. O presente Caderno de Prova possui 11 (onze) páginas.
2. Ao receber este Caderno de Prova, confira o número de páginas, bem como verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em seu Caderno de Respostas, correspondentes à Prova Escrita Discursiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala.
4. Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Caderno de Respostas.
5. Fique atento para lançar as respostas no campo correspondente a cada questão, de acordo com a numeração respectiva a cada matéria.
6. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva o Caderno de Prova, o Caderno de Rascunho e o Caderno de Respostas e deixe o local de prova.
7. Não serão consideradas as respostas e/ou apontamentos lançados no Caderno de Rascunho, mas exclusivamente as ofertadas no Caderno de Respostas.
8. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no Caderno de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

PROVA ESCRITA DISCURSIVA
SEGUNDA ETAPA - 11/09/2015

**XLII Concurso Público para Provimento de Cargos de
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal
Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

11 de setembro de 2015

Questão 01 – Direito Civil

É possível aplicar o regime jurídico da onerosidade excessiva aos contratos aleatórios regidos pelo Código Civil?

Responda de forma clara, objetiva e fundamentada, com adequada explicação dos institutos pertinentes (0,30), correlacionando a resposta aos princípios e regras aplicáveis (0,30), bem assim à doutrina, e eventuais correntes, sobre a matéria (0,30).

Utilização correta do idioma oficial, capacidade de exposição e conhecimento do vernáculo (0,10).

**XLII Concurso Público para Provimento de Cargos de
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal
Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

11 de setembro de 2015

Questão 02 – Direito Processual Civil

Direito de ação e direito de defesa (exceção ***lato sensu***) são equivalentes. Ambos estão fundados no princípio da inafastabilidade da jurisdição (CF, art. 5º, XXXV) e podem ser exercidos independentemente da existência de um direito material (lembrando que o CPC em vigor adotou a teoria eclética do direito de ação). A **defesa** a ser exercida pelo demandado está disciplinada na legislação processual, que consagra, em regra, o sistema de concentração de defesas na contestação (CPC, art. 300).

Postas essas premissas, e, mais, que a contestação tem de ser global (CPC, art. 300), formal (CPC, art. 301) e específica (CPC, art. 302), indaga-se: como se classificam as **exceções** passíveis de serem apresentadas pelo réu em sua **resposta** à ação contra ele ajuizada?

Responda fundamentadamente.

**XLII Concurso Público para Provimento de Cargos de
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal
Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

11 de setembro de 2015

Questão 03 – Direito Empresarial

A respeito do contrato chamado “built to suit” responda o candidato as seguintes indagações, ficando esclarecido que não serão consideradas quaisquer outras respostas, ainda que tenham relação com o tema.

- a) Como se caracteriza, em linhas gerais, o contrato? (0,30)
- b) Quais as funções do preço a ser pago pelo empresário contratante? (0,30)
- c) Tendo em vista as características do contrato e uma das funções do preço, qual a exceção possível de ser oposta pelo contratado à pretensão exercida pelo empresário contratante no sentido de se pôr fim ao contrato antes do seu termo? Por quê? (0,30)

Utilização correta do idioma oficial, capacidade de exposição e conhecimento do vernáculo (0,10).

**XLII Concurso Público para Provimento de Cargos de
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal
Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

11 de setembro de 2015

Questão 04 – Direito do Consumidor

À luz do entendimento recentemente manifestado sobre a matéria, pelo Superior Tribunal de Justiça, discorra sobre o sistema “**credit scoring**”, abordando, fundamentadamente, os seguintes aspectos: a) conceito (0,30); b) licitude ou ilicitude de tal prática (0,30); c) exigência de consentimento do consumidor (0,30).

Utilização correta do idioma oficial, capacidade de exposição e conhecimento do vernáculo (0,10).

Máximo de 30 (trinta) linhas.

**XLII Concurso Público para Provisamento de Cargos de
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal
Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

11 de setembro de 2015

Questão 05 – Direito da Criança e do Adolescente

Senhor(a) Candidato(a),

Decida, de forma clara, objetiva e fundamentada, sobre a seguinte situação fática e discorra sobre o princípio aplicável ao caso (0,00 a 0,90):

João das Couves, com 16 anos e 10 meses de idade, evadido da escola, praticou ato infracional análogo ao crime de roubo circunstanciado. Entretanto, o adolescente não foi apreendido à época dos fatos, nem por ocasião da decisão do Juiz da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal que determinou a internação respectiva. Após o julgamento da apelação interposta pela Defensoria Pública, mantido o provimento judicial ordenatório da internação, foi expedido mandado de busca e apreensão do jovem-adulto, que então contava com 19 anos de idade, trabalhava meio período, cursava Direito na UNB, estava recém-casado e era pai de uma criança com 3 meses de idade.

Cumprido o mandado e lavrada a certidão respectiva, diante da nova situação fática narrada e comprovada nos autos, qual seria a decisão a ser proferida por Vossa Excelência como Juiz de Direito Substituto em exercício na Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal?

Observe que a utilização correta do idioma oficial, a capacidade de exposição e o conhecimento do vernáculo (artigos 48, parágrafo único, e 49, parágrafo único, Res. 75/CNJ) serão contemplados na avaliação (0,00 a 0,10).

**XLII Concurso Público para Provimento de Cargos de
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**
Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva

11 de setembro de 2015

Questão 06 – Direito Penal

O professor Guilherme de Souza Nucci, ao tratar sobre as diferenças entre “conexão material” e “conexão processual”, assevera:

“Busca a doutrina distinguir a conexão material – inspirada em fundamentos encontrados no direito penal – da conexão instrumental – com base exclusivamente em fundamentos de ordem processual. (...). A conexão deve ser chamada de material ou substantiva, quando efetivamente tiver substrato penal, ou seja, quando, no caso concreto, puder provocar alguma consequência de ordem penal. No mais, ela será sempre instrumental – útil à colheita unificada da prova.” (*Manual de Processo Penal e Execução Penal*. 5ª edição, revista, atualizada e ampliada, 2008, RT, p. 284).

Com foco no direito penal material, discorra sobre as hipóteses de conexão consequencial, conexão teleológica e conexão ocasional, exemplificando-as.

**XLII Concurso Público para Provimento de Cargos de
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**

Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva

11 de setembro de 2015

Questão 07 – Direito Processual Penal

Na qualidade de Juiz de Direito Substituto em exercício pleno na Primeira Vara Criminal de Brasília (DF), após oitiva do Ministério Público, lhe foram conclusos os autos com solicitação formulada pela douta Autoridade Policial da Primeira Delegacia de Polícia de Brasília (DF), para que seja autorizado o pedido assim relatado: “Descreve o subscritor do pedido, em síntese, que **Abc, Def, Ghi e Jkl** constituem um grupo estruturado, existente há algum tempo e atuando de forma coordenada, com o fim de cometer infrações graves, com a intenção de obter benefício econômico ou moral. Alega ainda, que nessa circunstância, por meio de interceptação telefônica devidamente deferida por esse Juízo, obteve a informação de que o grupo cometerá, no próximo dia 15/09/2015, um grande roubo na agência 001 do Banco XYZ, mediante divisão de tarefas de todos os integrantes. Em virtude da impossibilidade de se efetuar a prisão em flagrante de todos os integrantes do grupo, no momento da empreitada criminosa, apresenta a douta Autoridade Policial pedido para emissão de autorização judicial no sentido de não efetuar a prisão em flagrante de Abc no momento do crime, porquanto esse é o único agente que estará sujeito ao cumprimento da medida restritiva de liberdade. Entretanto, de acordo com as interceptações, após o cometimento do crime em 15/09/2015, todo o grupo deverá se reunir às 10 horas do dia 10/10/2015 num galpão localizado na rua 1, número 1, em Brasília (DF). A douta Autoridade Policial pleiteia autorização para efetuar a prisão em flagrante dos agentes Abc, Def, Ghi e Jkl somente no dia 10/10/2015, na forma acima, mantendo o agente Abc sob monitoramento até aquela data. O Ministério Público apresentou manifestação às fls. 10/20. É o relatório.”

Profira a decisão cabível, com todos os comandos necessários, fundamentando a decisão com os institutos utilizados.

**XLII Concurso Público para Provimento de Cargos de
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal
Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

11 de setembro de 2015

Questão 08 – Direito Constitucional

Responda, justificadamente, aos seguintes quesitos de Direito Constitucional.

- a) Quais os princípios limitadores da autonomia dos Estados-membros na Federação brasileira?
- b) Estabeleça a distinção entre Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por Omissão e Mandado de Injunção, quanto à Competência, objeto de controle e efeitos da decisão.
- c) O que significa cognição aberta no controle concentrado de inconstitucionalidade?

Extensão máxima da resposta: 30 linhas

**XLII Concurso Público para Provimento de Cargos de
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal
Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

11 de setembro de 2015

Questão 09 – Direito Administrativo

Com fundamento na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, discorra sobre a aplicação da regra do teto remuneratório dos servidores públicos, previsto no artigo 37, IX, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 41/03. Analise particularmente a situação dos servidores que pretendem receber acima do limite constitucional e alegam ter direito líquido e certo às verbas remuneratórias adquiridas sob o regime legal anterior, já que a garantia da irredutibilidade de vencimentos foi outorgada pela Constituição da República em favor de todos os servidores públicos.

**XLII Concurso Público para Provimento de Cargos de
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal
Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

11 de setembro de 2015

Questão 10 – Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Explique o que se entende por “Teoria do Mínimo Ético”, abordando especialmente os seguintes aspectos:

- a) Qual sua importância para a filosofia do direito;
- b) Quais as principais críticas que se fazem a essa teoria;
- c) Qual ou quais teorias representam alternativas viáveis à Teoria do Mínimo Ético e as razões pelas quais dela se diferenciam.
- d) Fazer opção crítica pela teoria que entende mais adequada, explicitando os motivos que o levam a assim decidir.